

Errar melhor

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Natal é uma data absolutamente previsível. Todos se preparam para a ceia, para dar e receber presentes e admitem fazer alguma reflexão sobre o que passou ou o que está por vir. As reuniões de família costumam ser tranquilas, apesar de algumas exceções. As confraternizações de final de ano de empresas, às vezes, desbordam para festas incríveis que revelam o verdadeiro caráter daquele chefe austero ou da colega discreta. Vez por outra, casamentos acabam e outros acontecem. É Natal.

No jornalismo, o Natal é momento especialmente difícil. Neste dia, é feriado em todos os países cristãos do Ocidente. Ou seja, não há novidades. Não acontece nada. Na Primeira Guerra Mundial, naquele insano conflito de trincheiras, franceses e alemães suspenderam hostilidades no 25 de dezembro para festejar o nascimento do Cristo. Confraternizaram com cerveja e uísque. Ninguém deu tiro em ninguém. Não houve conquista de território. Momento de paz. Então, não há notícia. Além dos símbolos da festa, há pouco para comentar, destacar ou criticar.

O Natal chega de maneira escandalosa nas propagandas de televisão ou nos alto-falantes dos supermercados. Todos nós somos submetidos ao *Jingle Bells* ou ao *Noite Feliz*. São dois hinos oficiosos das festas de fim de ano trazidos pelos estrangeiros que também introduziram o sempre presente *White Christmas*. O *Jingle Bells*, que se presta a vários trocadilhos, foi lançado em 1857 pelo bostoniano J. Pierpont, que esqueceu a estrela de Belém, para realçar Papai Noel, trenós e carruagens.

Não esquecer que o Natal vermelho, com o velho de barba branca, foi a genial invenção de um refrigerante norte-americano, que possui a marca registrada do produto.

O Natal como festa religiosa começou a ser comemorado em 25 de dezembro no século 4 pela Igreja ocidental e no século V pela Igreja oriental. Homenageia o nascimento de Jesus Cristo. É o seu significado nas línguas neolatinas. Os primeiros indícios da comemoração do nascimento de Jesus em 25 de dezembro são do ano 354. Essa celebração começou em Roma, enquanto no cristianismo oriental o nascimento de Jesus já era celebrado em conexão com a Epifania, em 6 de janeiro.

A origem da data é a antiga. Trata-se da comemoração do *Natalis Solis Invicti*, celebração do Sol, festa tradicional do solstício de inverno realizada pelas populações pagãs que foram, posteriormente, convertidas ao cristianismo. A festa foi incorporada ao calendário da Igreja Católica. Mas não há nenhuma evidência histórica de que o Cristo tenha nascido em 25 de dezembro do ano zero, mesmo porque o calendário se modificou muito ao longo dos séculos.

A discussão é parte relevante da história da Igreja Católica. Mas, voltando ao ponto inicial, o dia de Natal é um desastre para o jornalismo porque não há notícias. E pior, para quem trabalha em jornal impresso, o pessoal da gráfica pressiona para sair mais cedo. Eles também têm direito a ceia de Natal. A primeira página, que é a última a fechar, deve estar concluída por volta das três da tarde. Depois dessa hora, o pessoal costuma

começar a confraternizar dentro da redação. Cerveja, champanhe e os salgadinhos providenciados pelas secretarias.

Tempos atrás, estava na posição de dirigir um jornal impresso no dia de Natal. Tinha por obrigação escrever o editorial. Mas não encontrava assunto. Recorri ao mesmo expediente de agora. Dissertei sobre o Natal, sua história, sua beleza, o lado comercial, mas resaltei o momento de reflexão sobre a vida. Como se os olhos pudessem saltar das órbitas e o indivíduo enxergasse a si mesmo.

Dia seguinte recebi o telefonema do dono do jornal. Ele me perguntou:

— Quem escreveu o editorial?
— Fui eu.

— Está muito bem escrito, parabéns, mas no meu jornal Cristo nasceu em dezembro. E a festa é católica. Não se discute o assunto. Entendeu?

Levei a bronca calado e entendi que são muitos os perigos do Natal. Lula recebeu o presente de R\$ 168 bilhões da PEC da ganância. Mas teve que presentear Artur Lyra com apoio à reeleição do deputado alagoano para a presidência da Câmara. O presidente eleito está cercado de pessoas que pedem ministério, emprego e colocação no governo. Difícil atender a todos sem criar ressentimentos. Mas ele precisa manter unida a frente que o elegeu. Não conseguiu ainda completar a lista de seus 37 ministros. Cantar *Noite Feliz* não resolve. Só muita conversa, paciência e persistência. Natal também é momento ideal para entender os equívocos do passado e tentar errar melhor no futuro.

Ser e dever: o militar profissional

» OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BARROS
General de Divisão da Reserva

“Ave, Caesar, moritu te salutant”

Nessa semana, meditando sobre as relações entre civis e militares, assunto em moda por formadores de opinião desuniformizados, dediquei-me a ler *Servidão e grandeza militares* (Bibliex, 1975), um clássico da literatura contemporânea, quase uma bíblia sobre liderança militar. Alfred de Vigny o escreveu em 1835, após retirar-se do serviço ativo, no posto de capitão do exército da restauração, na França melancólica do período pós-Napoleão Bonaparte.

Foi sob essa condição de soldado em tempos de paz que De Vigny assimilou e sistematizou as ideias que deram forma a tão importante obra.

No período de paz, a manutenção da ordem interna cabia à tropa aquartelada, sob soldo do rei, e ele se frustrava por ver um governo reacionário e impopular empregar contra o povo, pleno de anseios de liberdade e de progresso, as baionetas dos soldados irmãos. “Ninguém mais que um soldado sofre com o papel de gendarme que lhes impõem os governos modernos.” A atualidade da ideia instiga uma perene reflexão.

Destacava o ex-capitão dos Mosqueteiros Vermelhos a abnegação, como a mais significativa das virtudes do homem das armas. E a descrevia com maestria nos exemplos dos três soldados que a ornavam, tomados como personagens do referido livro, professando o credo da religião da honra.

O comandante de navio, ordenado a executar seu jovem prisioneiro enquanto ao mar, que acolhe a adolescente esposa do sentenciado como se filha fosse. O sargento-mor, responsável pelo paiol de sua unidade, que o faz aos ares pela preocupação de não se equivocar quanto ao controle da munição.

O ajudante de ordens, obediente ao dever de guardar segredo do que lhe seja dado a conhecer, abdica das promoções por respeito a princípios.

Passados três séculos, soldados, galar-dados ou praças em início de carreira, de todo o mundo, ainda sofrem a incompreensão sobre o seu papel na sociedade, o não entendimento sobre suas missões legais e o injustificado emprego como peões no jogo de xadrez dos interesses políticos de suas nações.

Um dilema que persiste ao sabor das percepções emocionais e cognitivas, às vezes interesseiras e desapetrechadas de análises, que enodoam fardas simples, mas sempre limpas e passadas.

Como defendia o escritor ao iluminar as adversidades do soldado, a sua coroa é uma coroa de espinhos e, entre as suas pontas, não creio que haja outra mais dolorosa que a da obediência passiva.

Obediência que o passar do tempo e a velocidade das informações exigiu o aporte da discórdância leal nas relações superior-subordinado.

No capítulo “sobre o caráter geral dos exércitos”, De Vigny elabora a tese de que a centralização do poder, àquela época, tornara o Exército um corpo separado do grande corpo da nação, sendo-lhe impedido de crescer.

Afirmava que esses senhores da guerra se perguntavam da alvorada ao toque de silêncio se eram escravos submissos ou reis do estado por quem davam suas vidas.

Isso ocorria (e ocorre), um pouco pela leniência dos poderosos em envolver-se nessas relações de respeito e subordinação, um pouco pelo medo que as baionetas lustradas traz aos armados pela pena.

“Os exércitos permanentes embaraçam os seus donos. Cada soberano olha o seu exército tristemente. Esse colosso sentado a seus pés, imóvel e mudo, incomoda-o e assusta-o. Não sabe o que fazer com ele e teme vê-lo voltar-se contra si”.

Na adolescência do século 21, o mundo vive os dois lados da moeda representativa do “ser e dever” do soldado, como indivíduo, e da caserna, como instituição: a guerra pela defesa da soberania de uma nação e o controle interno diante de explosões sociais em países enfraquecidos na institucionalidade.

No Brasil, dúvidas, falácias e constatações sobre o papel dos homens e mulheres das armas se fazem presentes e são renovadas quase que diariamente no imaginário da opinião pública.

Obriga, por consequência, as lideranças militares de nosso país virem à ribalta repetir a fala do ator fardado na peça da institucionalidade, estabilidade e legalidade: distinto público, ajudamos a formar os valores e tradições que todos defendemos, mas somos, antes de tudo, escravos do povo que conforma a nossa nação, a quem servimos por abnegação, por honra, por respeito, hoje e sempre.

Caros leitores, desejo-lhes um novo ano pleno de realizações.

Paz e bem!



2022: um ano em que voltamos a nos encontrar

» DÉLIO LINS E SILVA JR.
Presidente da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF)

Recontar o ano de 2022, sob a ótica de dirigir a Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), nos leva à reflexão de que tivemos muitos desafios, mas fomos vitoriosos e fizemos história.

Renovamos nossos compromissos com a categoria a partir da posse da diretoria eleita em 2021 e das comissões da Casa, da bancada federal na Ordem e do Conselho Seccional; também, das gestões nas 13 Subseções; das direções da Caixa de Assistência dos Advogados (CAADF), da Escola Superior de Advocacia (ESA/DF) e Clube da Advocacia. Trabalhamos arduamente com pessoas engajadas e realizadoras, lembrando que são voluntários a servir a advocacia e a sociedade.

A empregabilidade da advocacia foi tema central para nós, e o marco foi a aprovação do projeto, sanção da lei e regulamentação da advocacia dativa. Lançamos uma página exclusiva sobre o assunto, para que os profissionais se inscrevam no programa e acompanhem as notícias. Recebemos, neste ano, mais de 3 mil novos profissionais em solenidades de entregas de carteiras. Mantivemos a menor anuidade do país para apoiar a advocacia, sem qualquer aumento e trazendo ainda mais benefícios.

Paralelamente, a ESA/DF lançou o GPS, curso gratuito de Formação para a Advocacia, para capacitar os advogados e as advogadas, com enfoque no desenvolvimento das habilidades exigidas pelo mercado.

Claro, não poderia deixar de citar o período

eleitoral de ânimos acirrados e que fez a OAB/DF levantar-se para defender o Estado Democrático de Direito e o próprio processo eleitoral.

Tivemos a doação, pela CAADF, de mais de 4 mil doses de vacinas Influenza para o Governo do Distrito Federal (GDF). A Secretaria de Saúde admitiu, à época, que seus estoques estavam quase zerados. Somamos forças, aproveitando os recursos disponíveis (humanos e insumos) em prol da população.

Ainda a CAADF promoveu, neste ano, a maior de todas as campanhas de Vacinação Antigripal da instituição — atendimento de mais de 22 mil advogados e advogadas, estendendo o benefício a seus familiares (pais, filhos e cônjuge). Comparando: durante a pandemia, entre 2019 e 2021, a instituição vacinou mais de 28 mil profissionais. Firmamos com o Hospital Sírio-Libanês outro contrato para dar excelência à assistência em saúde para os cerca de 50 mil advogados inscritos e mais de 100 mil dependentes em Brasília.

Honramos nosso compromisso com a pauta das mulheres. Na OAB/DF, desde a gestão anterior (2019-2021), elas têm voz e vez ocupando nossos quadros em paridade e com direitos respeitados, equidade. Assim, aderimos à campanha nacional “Advocacia Sem Assédio” e realizamos a belíssima campanha “Saia do Transe” em celebração ao Dia da Mulher Negra, Latino-americana e Caribenha, com ampla repercussão na mídia.

Tivemos uma conquista muito ansiada por advogadas e advogados: a Portaria 31 Conjunta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos

Territórios (TJDFT), liberando a realização de atividades presenciais nas unidades judiciárias e administrativas no âmbito da Corte, resguardada a realização concomitante de atividades a distância.

Outro momento de singular importância foi chegarmos à decisão da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) pela inviabilidade da fixação de honorários de sucumbência, ou seja, por pagamento de honorários justos à advocacia — questão-chave em relação ao respeito às prerrogativas da profissão.

Vale destacar que de 3 janeiro até 1º de dezembro deste ano (319 dias), o “Sistema de Prerrogativas” executou 6.216 atos em favor da advocacia do Distrito Federal, ou seja, 19,48 atos por dia, ou 1 ato a cada 73 minutos. No início do ano que vem, teremos dados de 2022 todo, mas não só em números fomos eficientes no capítulo das prerrogativas. Resolvemos sérios problemas e trago aqui o campeão de reclamações: a exigência de reconhecimento de firma em procuração ofertada por cidadão para o advogado atuar no âmbito do Detran-DF. Outro momento que temos de distinguir foi a padronização do atendimento dos advogados e das advogadas no sistema prisional.

Por fim, mesmo com a intensidade do ano de 2022, ainda fechamos com obras em andamento na Subseção de Taguatinga e firmamos contratos, também, para erguer novas sedes em Samambaia e Núcleo Bandeirante. Entregaremos brevemente essas obras. Que venha 2023!